

CÁLCULO DE DOSIMETRIA DE SANÇÃO - PRAZO - LEI 14133/2021

Infração	Sanção	Prazo máximo da Lei (em meses)	Prazo Mínimo da IN/SSC 217/2024 (em meses)	Prazo Máximo da IN/SSC 217/2024 (em meses)
Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;	Impedimento de licitar e contratar com o ente - art. 156, III, da Lei 14.133/21	36	1	6

Critérios	ESCALA						Pontuação	Justificativa
	Nenhuma	Muito baixa	Baixa	Média	Alta	Muito Alta		
Grau de culpabilidade					X		4	Não houve fator externo que contribuiu para o cometimento da infração por parte da empresa
Antecedentes - histórico de infrações	X						0	A empresa não tem nenhum antecedente de cometimento de infração
Gravidade da infração						X	5	O cometimento da infração interrompeu o funcionamento do órgão por 2 dias
Prejuízos suportados		X					1	Houve prejuízo ao atendimento à população
Dificuldade colocada pela contratada na apuração ou no saneamento			X				2	A contratada somente iniciou as medidas de correção após a abertura do processo administrativo
TOTAL DE PONTOS							12	
PERCENTUAL DO PRAZO MÁXIMO							48%	
PRAZO							2,88	2 MESES e 16 DIAS

Atenção! A análise de AGRAVANTES e ATENUANTES somente se aplica a apuração de responsabilidade de aplicação da sanções da Lei nº 14133/2021, regulamentados pela IN/SSC/MGI nº 217/2024. Para contratos firmados sob a Lei 8666/93 e Lei 10520/2002, não há essa análise.

INSTRUÇÃO NORMATIVA SSC/MGI Nº 217, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024

Art. 21. As sanções previstas no art. 18, caput, incisos II a VII, serão agravadas em **50% (cinquenta por cento) de sua sanção-base, para cada circunstância agravante, até o limite de vinte e quatro meses**.  
Parágrafo único. A sanção de multa prevista no instrumento convocatório ou em cláusulas contratuais aplicadas em decorrência da prática das infrações previstas no art. 18 serão agravadas nos termos do caput.

CIRCUSTÂNCIAS AGRAVANTES	INSTRUÇÃO NORMATIVA SSC/MGI Nº 217, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024	EXISTÊNCIA	ACRÉSCIMO	JUSTIFICATIVA
I - comprovação de três ou mais registros de sanções aplicadas à licitante ou à contratada por parte de órgão ou entidade da Administração Pública direta e indireta de qualquer ente federativo, em decorrência da prática infrações em licitações e contratos administrativos nos vinte e quatro meses que antecederam o fato que ensejou a abertura de processo administrativo de aplicação de sanção pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos;	inciso I do art. 21	NÃO		
II - comprovação de que a licitante tenha sido desclassificada ou inabilitada por não atender às condições do instrumento convocatório, sendo de notória identificação a impossibilidade de atendimento ao estabelecido no ato convocatório;	inciso II do art. 21	NÃO		
III - quando a licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório;	inciso III do art. 21	NÃO		
IV - quando a licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiária do tratamento diferenciado concedido em legislação específica;	inciso IV do art. 21	NÃO		
V - quando a conduta acarretar prejuízo material grave aos serviços prestados pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; e	inciso V do art. 21	NÃO		
VI - reincidência.	inciso VI do art. 21	NÃO		
			0	

INSTRUÇÃO NORMATIVA SSC/MGI Nº 217, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024

Art. 24. As sanções previstas no art. 18, caput, incisos II a VII, **serão reduzidas pela metade, uma única vez, e desde que não tenha incidido qualquer circunstância agravante de que trata o art. 22**.  
Parágrafo único. A sanção de multa prevista no instrumento convocatório ou em cláusulas contratuais aplicadas em decorrência da prática das infrações previstas no art. 18 serão atenuadas nos termos do caput.

CIRCUSTÂNCIAS ATENUANTES	INSTRUÇÃO NORMATIVA SSC/MGI Nº 217, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024	EXISTÊNCIA	REDUÇÃO	JUSTIFICATIVA
I - a primariedade;	inciso I do art. 25	SIM		
II - comprovação da ausência de registro de sanção aplicada à licitante ou à contratada por parte de órgão ou entidade da Administração Pública direta e indireta de todos	inciso II do art. 25	NÃO		
III - quando a conduta praticada tenha sido decorrente de falha da licitante ou da contratada, de menor repercussão ao processo licitatório ou à contratação;	inciso III do art. 25	SIM	1,44	
IV - quando a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais a licitante ou a contratada não tenha	inciso IV do art. 25	SIM		
V - quando a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do instrumento convocatório, desde que fiquem	inciso V do art. 25	NÃO		

SANÇÃO CONSIDERANDO OS AGRAVANTES E ATENUANTES	1,44	1 MESES e 8 DIAS
--	------	------------------

CÁLCULO DE DOSIMETRIA DE SANÇÃO - MULTA DE MORA

VALOR TOTAL DO CONTRATO

Descrição da parcela inadimplida	Base de cálculo	Data em que a parcela deveria ser adimplida	Prazo em que a parcela foi adimplida	Atraso (em dias)	% da moratória	Prazo atraso limite	Valor por dia	Valor total calculado	% do valor do contrato	Limite inferior 0,5% da multa compensatória - § 3º do art. 156 da Lei 14133/21	Limite superior 30% da multa compensatória - § 3º do art. 156 da Lei 14133/21	Observações
				0			R\$ -	R\$ -	#DIV/0!	R\$ -	R\$ -	
				0			R\$ -	R\$ -	#DIV/0!	R\$ -	R\$ -	
TOTAL								R\$ -				

CÁLCULO DE DOSIMETRIA DE SANÇÃO - MULTA COMPENSATÓRIA

Sanção	Valor total do contrato	Percentual mínimo previsto em edital	Percentual máximo previsto em edital	% multa
Multa compensatória				0%

Critérios	ESCALA			
	Nenhuma	Muito baixa	Baixa	Média
Grau de culpabilidade				
Antecedentes - histórico de infrações				
Gravidade da infração				
Prejuízos suportados				
Dificuldade colocada pela contratada na apuração ou no saneamento				

Valor da multa	Limite inferior 0,5% da multa compensatória - § 3º do art. 156 da Lei 14133/21	Limite superior 30% da multa compensatória - § 3º do art. 156 da
R\$ -	R\$ -	R\$ -

		Pontuação	Justificativa
Alta	Muito Alta		
TOTAL DE PONTOS		0	
PERCENTUAL DA MULTA MÁXIMA		0%	
PERCENTUAL APLICÁVEL		0%	

Sanção	Prazo máximo (em anos)
Suspensão de licitar e impedimento de contratar - art. 87, III, da Lei 8.666/93	2
Impedimento de licitar e contratar com o ente - art. 7º da Lei 10.520/02	5

Infração	Sanção	Prazo Máximo da Lei	Prazo Mínimo da IN/SSC 217/2014	Prazo Máximo da IN/SSC 217/2014
Der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;	Advertência - art. 156, I, da Lei nº 14133/2021			
Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidades mais grave;	Impedimento de licitar e contratar com o ente - art. 156, III, da Lei 14.133/21	36	6	24
Der causa à inexecução total do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;	Impedimento de licitar e contratar com o ente - art. 156, III, da Lei 14.133/21	36	6	36
Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;	Impedimento de licitar e contratar com o ente - art. 156, III, da Lei 14.133/21	36	1	6
Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;	Impedimento de licitar e contratar com o ente - art. 156, III, da Lei 14.133/21	36	2	12

Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;	Impedimento de licitar e contratar com o ente - art. 156, III, da Lei 14.133/21	36	2	12
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;	Impedimento de licitar e contratar com o ente - art. 156, III, da Lei 14.133/21	36	2	12
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;	Declaração de Inidoneidade - art. 156, IV, da Lei 14133/2021	72	36	72
Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;	Declaração de Inidoneidade - art. 156, IV, da Lei 14133/2021	72	36	72
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;	Declaração de Inidoneidade - art. 156, IV, da Lei 14133/2021	72	36	72
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;	Declaração de Inidoneidade - art. 156, IV, da Lei 14133/2021	72	36	72
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013;	Declaração de Inidoneidade - art. 156, IV, da Lei 14133/2021	72	36	72